

A Teoria Marxista do Bonapartismo

FELIPE DEMIER

São Paulo: Usina Editorial, 2021. 343p.

*Leandro Galastri**

Um conceito consiste na apreensão de aspectos essenciais e constantes de determinado fenômeno, sem ter a pretensão de abarcar todas as características historicamente específicas de cada evento. Para Décio Saes, por exemplo, um conceito não pode ser a cópia exaustiva de um fenômeno específico, mas a enunciação de seus aspectos essenciais, invariantes, em termos científicos. Assim, conceitos como fascismo, cesarismo, bonapartismo não estão condenados teoricamente a se referir apenas aos regimes que os engendraram. Não revelam segredos de determinadas situações concretas ou conjunturas, mas informam o ponto de partida para tais análises, observadas as características recorrentes não por mero acaso, mas porque estão condicionadas por determinada relação de forças que permanece historicamente. Essas são relações entre classes sociais em modos de produção específicos, dominantes. Como lembra o autor do livro aqui resenhado, Felipe Demier, citando Trotsky: “Mas, se se procurasse uma repetição de *todos* os traços do bonapartismo, concluir-se-ia que o bonapartismo foi um fenômeno único, impossível de repetir-se, isto é, que não existe um bonapartismo em geral, mas que houve uma vez um general Bonaparte vindo da Córsega”. Considero que analisar as características do fenômeno do bonapartismo em geral é o mérito dessa obra de Felipe Demier.

* Professor de Ciência Política da Unesp-Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

Colhendo as contribuições, nessa ordem, de Marx, Engels, Trotsky, Gramsci, Poulantzas e Losurdo, polemizando em parte com os dois últimos por uma suposta abrangência excessiva do conceito, o bonapartismo é caracterizado ao longo da obra como um fenômeno de crise de hegemonia que demanda a autonomização relativa do Estado em relação às classes sociais em luta. Trata-se de um momento no qual o proletariado se apresenta como uma ameaça “real ou potencial” ao domínio do capital e nenhuma das frações da classe dominante tem condições de impor um projeto político de direção da sociedade. Forma-se, então, uma situação de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, na qual o aparelho de Estado (em geral, a burocracia e as forças armadas) se eleva sobre as classes e grupos conflitantes, impondo pela força uma estabilização que não faz senão salvaguardar a ordem burguesa, à revelia da própria burguesia fragmentada.

O autor demonstra como Marx, no *18 de Brumário*, desenrola o emaranhado de classes e frações de classes sociais francesas puxando o fio de uma relação de forças que, em nome da república burguesa, vai expulsando do plano principal da cena política os próprios representantes da burguesia como um todo, até o desfecho imperial do golpe de Luís Bonaparte. Ao passar em revista as “obras políticas” de Marx, Demier pontua os ricos elementos teóricos ligados por essas obras que darão fertilidade ao pensamento marxista posterior sobre a natureza do Estado nas sociedades capitalistas e a questão das relações entre as classes sociais e suas frações. Entre os pensadores marxistas que darão profundidade maior a essas reflexões o autor destaca, nessa ordem, Engels, Trotsky e Gramsci nos capítulos posteriores.

Em Engels, o destaque é o “bismarckismo” como o caso “mais recente” do gênero bonapartista, resultante, como destaca Demier, da luta de classes numa formação social de capitalismo tardio, diferindo de nações como França e Inglaterra. O caso alemão seria o de um bonapartismo do atraso. A questão do “duplo equilíbrio” (entre as classes progressivas e regressivas) se verificaria na Alemanha (e na Itália), mas não na França, onde a revolução burguesa propriamente dita já tinha se realizado. Tem-se aqui três casos paradigmáticos: o bonapartismo francês “original”, o bonapartismo bismarckista do duplo equilíbrio (entre nobreza e burguesia, ao mesmo tempo que entre burguesia e proletariado) e, finalmente, o modelo do duplo equilíbrio bismarckista observado nos países de capitalismo periférico (entre latifundiários e burguesia, ao mesmo tempo que entre burguesia e proletariado).

As características concretas clássicas do bonapartismo, segundo Demier (apoiado nas formulações do revolucionário bolchevique León Trotsky), seriam: uma reforma agrária que garantisse terra aos camponeses e um exército vitorioso na guerra de conquistas. Citando Trotsky, em passagem de “A História da Revolução Russa”, vai mais direto ao ponto: “aos grandes burgueses a possibilidade de ganhar lucros, aos camponeses a posse de seus lotes, aos filhos dos camponeses e aos miseráveis a possibilidade de pilhagens durante a guerra”. Em seu caso,

Napoleão III não se apoiou na conquista de terras pelos camponeses, mas no medo destes em relação à revolta operária; não se apoiou em guerras de conquistas, mas em um processo de industrialização que garantisse a lucratividade do capital, ao mesmo tempo em que a classe operária tinha se demonstrado incapaz de tomar o poder. Bismarck, por fim, estava legitimado por sua vitória no processo de unificação alemã e, conseqüentemente, na pavimentação do caminho de um poderoso florescimento capitalista na Alemanha.

Na parte em que discute o conceito de bonapartismo a partir da perspectiva gramsciana, Demier deixa claro que opta por uma abordagem específica do conceito de hegemonia do comunista sardo: aquele em que é estabelecida uma relação de equivalência com o “regime político democrático burguês”. Esta forma de adotar o conceito não esgota, penso, as possibilidades de se lançar mão dele, mas permite ao autor estabelecer uma relação objetiva entre a noção de “crise de hegemonia” e os regimes bonapartistas. Ou seja, em sociedades em que o proletariado já possui força organizativa relevante, a crise do regime democrático burguês pode promover o surgimento de formas de dominação política não hegemônicas, que recorram muito mais à coerção do que ao consenso.

Essas formas apareceriam como soluções temporárias e excepcionais para a ‘incapacidade hegemônica’ que acomete os grupos dominantes. O regime bonapartista seria, para Demier, “uma – e talvez a mais recorrente – dessas formas de dominação política correspondentes a momentos históricos de ‘crise de hegemonia’”. Para o autor, portanto, existe uma íntima associação entre crise de hegemonia/crise orgânica e o fenômeno do bonapartismo. Partindo da consideração da existência uma sinonímia, em Gramsci, entre os termos bonapartismo e cesarismo, o autor analisa a especificação conferida por Gramsci ao segundo termo, na qual o comunista sardo afirma a existência de um “cesarismo progressivo” e um “cesarismo regressivo”, fenômenos que ocorreriam conforme a intervenção bonapartista favorecesse a vitória da força social progressiva ou regressiva respectivamente, porém impondo limitações na cena política a essas vitórias. Pela mesma linha de raciocínio, ao relacionar a contenção, em última instância, da revolução proletária com os fenômenos de “revolução pelo alto”, ou “revoluções sem revolução”, Demier termina por salientar as semelhanças e articulações entre os conceitos gramscianos de revolução passiva e cesarismo/bonapartismo.

Uma afirmação síntese que se pode fazer a respeito do livro de Felipe Demier é que se trata de uma ampla reflexão sobre a origem, os significados e a aplicabilidade do conceito de bonapartismo. É a demonstração de que, como afirma o prefaciador Guilherme Leite Gonçalves, “o marxismo possui uma reflexão geral sobre a dinâmica do político”. O desvelamento permanente das formas políticas da dominação do capital em geral e de suas frações é prática imprescindível para a organização política das classes trabalhadoras e seu correto posicionamento na luta de classes nacional e internacional.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

A guerra e a esquerda

Marcello Musto

Da dialética da natureza à ecologia anticapitalista

Laura Luedy

O silêncio de Pompey

François Albera

DOSSIÊ: Para onde vai a América Latina?

55